

Projeto de Lei Nº ... de 2002

(Dep. Pompeo de Mattos)

Dispõe sobre a gratuidade das inscrições ao exame vestibular nas condições que estabelece, para os alunos da rede pública.

Art. 1º- Ficam isentos do pagamento das taxas de inscrição ao exame vestibular de ingresso nas Universidades Públicas de todo o país, os alunos da rede pública, que preencherem, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I- ter cursado, pelo menos, os dois últimos anos do segundo grau em escola pública municipal, estadual ou federal;

II- obter em todas as disciplinas, durante o último ano do segundo grau, notas iguais ou superiores à média mínima exigida:

III- ter requerido o benefício no início do segundo semestre do ano de conclusão do segundo grau;

IV- pertencer a família cuja renda mensal seja inferior a cinco (5) salários mínimos.

Art. 2º – Os requerimentos serão dirigidos ao Diretor da Unidade Escolar que avaliará as informações, emitindo parecer para decisão final do Conselho Estadual de Educação;

Parágrafo único – Analisados todos os requerimentos, o Conselho Estadual de Educação elaborará a relação dos alunos beneficiados.

Art. 3º – O Ministério da Educação e os conselhos estaduais de educação, poderão celebrar convênios com as Universidades Públicas, os quais

estabelecerão as regras e procedimentos para a execução do programa instituído por esta Lei.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa

Muitos alunos da rede pública de ensino, com bom desempenho, deixam de ingressar nas universidades por falta de condições materiais mínimas para pagamento da taxa de inscrição ao vestibular, impossibilitando-os de dar continuidade a sua formação educacional.

Funciona esta taxa como primeira fonte material de eliminação de candidatos, contraditoriamente, mesmo nas universidades públicas, contribuindo, desta maneira, para o início da distorção de privilegiar o acesso dos mais abastados financeiramente. Com a definição de critérios de avaliação dos melhores alunos da rede pública, poder-se-á diminuir a evasão dos que anseiam continuar a sua formação através do ensino de 3º Grau gratuito e não o fazem por não terem como se inscrever para o teste de avaliação (vestibular), exclusivamente por falta de condições financeiras. É de se lamentar, levando-se em conta o que o poder público já gastou na formação desse aluno, sem considerar no tamanho do investimento futuro no curso universitário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 2002.

POMPEO DE MATTOS
DEPUTADO FEDERAL
PDT - RS